



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

LVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MINAS GERAIS

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

GRUPO TEMÁTICO IV

QUESTÃO 1 – Valor: 4 (quatro) pontos.

Disserte sobre o processo coletivo estrutural, apresentando definição e características. Exemplifique. Discorra sobre a dialeticidade da execução de decisões estruturais e aponte a base normativa positiva da execução das decisões estruturais. (Máximo: 60 linhas)

QUESTÃO 2 – Valor: 2 (dois) pontos.

Ao chegar à comarca para a qual foi designado, o Promotor de Justiça recebe em carga autos de ação civil pública ajuizada por associação legitimada, com pedido condenatório julgado procedente em decisão transitada em julgado há 90 (noventa) dias. Ao examinar o processo, constata: a) que não foi promovida a execução, e b) que o réu, revel, não foi citado validamente. Considerando a obrigatoriedade da execução prevista no artigo 15 da Lei n.º 7.347/85, como deve o Órgão de Execução ministerial proceder? Justifique. (Máximo: 30 linhas)

QUESTÃO 3 – Valor: 2 (dois) pontos.

O que é e como se dá o exercício do direito à autoexclusão da jurisdição coletiva (*right to opt out*), por parte do detentor de direito individual homogêneo, no microsistema brasileiro de tutela coletiva? Justifique. (Máximo: 30 linhas)

QUESTÃO 4 – Valor: 2 (dois) pontos.

O Banco KRB S/A, valendo-se de funcionários devidamente identificados, passou a abordar, no interior das respectivas agências, vários idosos que teriam contratado empréstimo consignado, induzindo-lhes a renovações automáticas e sucessivas do pacto, mediante simples e rápida operação realizada no caixa eletrônico, sem nenhuma formalidade. Posteriormente, constatava-se que a renovação disponibilizada liquidava o contrato anteriormente entabulado, com liberação de pequeno valor remanescente, mas aumento significativo do saldo devedor, o que surpreendia o cliente, comprometia de forma expressiva o seu orçamento e dificultava a quitação da dívida.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O modo pelo qual o serviço descrito era ofertado pelo Banco gerou inúmeras reclamações dos consumidores.

Diante da situação, o Banco alegou que as renegociações efetivadas eram revestidas de legalidade; que as reclamações dos clientes eram maliciosas, pois os devedores deveriam ter consciência do grau de comprometimento de suas rendas e que o acesso ao crédito permite um incremento da economia.

Levando-se em consideração o cenário descrito:

- identifique e justifique, nos termos do parágrafo único do art. 81 da Lei n. 8.078/90, a(s) modalidade(s) de direito metaindividual que poderia(m) ser tutelada(s) em juízo; aborde a questão relativa ao papel do consumo no nosso sistema jurídico; classifique a prática adotada pelo Banco no tocante à forma pela qual se efetivavam as renegociações, elencando os princípios abarcados pela situação, levando-se em conta a subjetividade do consumidor, bem como a externalização da vontade racional e rebata a alegação do Banco credor.

(Máximo de 30 linhas). Dispositivos legais podem ser citados, mas a mera transcrição não será considerada. Serão avaliados o uso do vernáculo e a argumentação desenvolvida pelo candidato.